

A Práxis no Pensamento Utópico de Ernst Bloch

José Antônio Feitosa Apolinário¹

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar a utopia revisitada de Ernst Bloch, considerando sua posição filosófica na cadeia do marxismo heterodoxo no século XX, enquanto espécie de resposta à percepção e representatividade dos discursos utópicos na tradição do pensamento político ocidental. Para tanto, pretendemos apresentar a ressignificação do conceito de utopia e sua consubstanciação com o âmbito da práxis ético-política, forjado na empreitada blochiana de instauração da esperança como princípio.

Palavras-chave: utopia – práxis – esperança – ética.

“O solo da Utopia não é igualmente fértil em toda a extensão da ilha, nem o clima igualmente salubre; mas defendem-se tão bem, à custa de sobriedade, contra as intempéries, e melhoram tão industriosa-mente o terreno, que não se vê, em parte alguma, rebanhos tão abundantes, melhores colheitas nem maior vitalidade nos homens. Estes são na Utopia, bem menos sujeitos a doenças do que no nosso mundo.”²

Um lugar sem um chão, contudo, com a promessa de um chão a se fazer. Ainda é possível pensar no *socius* em termos utópicos? Thomas Morus, que em sua *Utopia* lança a metáfora crítico-descritiva da constituição de uma organização social supostamente equitativa, deita sementes: pode-se inferir que há ali um gérmen instaurador da dimensão

¹ Doutorando do Programa Interinstitucional de Doutorado em Filosofia UFPE/UFPB/UFRN. E-mail: tonyapolinario@gmail.com

² MORUS, 1980, p. 50.

utópica na modernidade, sobretudo porquanto confere à crítica uma posição fundamental. Não se trata simplesmente de instituir um fantasiado paradigma ideal da sociedade, mas, significativamente, de levantar uma crítica das condições já postas – é nesse sentido que Morus apresenta-se radicalmente incisivo frente à sociedade inglesa de sua época, ao arvorar seu antípoda imaginário: a Ilha da Utopia. Entrementes, mesmo tomado por desideratos de justiça e igualdade social, ele continua fiel a um projeto abstrato: até que ponto é possível validar seu projeto utópico? O que implica uma questão mais profunda: esse significado da utopia ainda encontra entusiastas?

Claro está que o tratamento dado pela tradição à questão utópica não destoou muito do hiperurânio (como se vê em Platão, Agostinho, Bacon, Campanella e no próprio Morus, mesmo com a tonalidade crítica de sua obra). Porém, se se puder afirmar que um fôlego na filosofia política moderna tentou, *prima facie*, de maneira crítico-realista, pensar as circunstâncias de consolidação de um lugar, solo, ou ‘pátria’, determinado por um móbil utópico³, não se pode inferir que esse móbil teve nele sua origem. Esteve latente na história da filosofia, mas somente na superfície permaneceu eufemicamente *en passant*, uma vez que constituiu e constitui um impulso, uma causação, um ‘princípio’ movente das aspirações teóricas dos pensadores sociais. A filosofia de Ernst Bloch é a tentativa de arrancar e enunciar essa raiz motriz do terreno do pensamento ocidental, resignificando-a positivamente à luz do marxismo. Campanella, quando da descrição dos cidadãos do sol, afirma: “mal se pode imaginar a imensidade do amor que aquele povo nutre pela pátria”.⁴ É especialmente com referência a essa ‘pátria’ (Heimat) enquanto lugar-conceito que a utopia revisitada de Ernst Bloch manifesta-se no marxismo do século XX.

Utopismo foi o termo designativo para um desqualificado intuito. Assim o próprio Marx ao considerar os socialistas utópicos franceses reverberou suas insuficiências teórico-práticas (neles não constam ‘os meios’). O marxismo ocidental ortodoxo criou a partir disso um ranço

3 Remetemos às utopias sociais de Claude Henri de Saint-Simon, Charles Fourier, Étienne Cabet, Robert Owen, entre outros.

4 CAMPANELLA, 1973, p. 246.

de fundo pretensamente científico com respeito a quaisquer tentativas de vincular a noção de utopia às elucubrações de Marx, uma vez que ela não poderia condizer com as teses marxianas, blindadas pela hermenêutica-dogmática da ditadura do partido soviético (a *Nomenklatura*). Destarte, na figura de Bloch paira a tarefa de reinterpretar a utopia em Marx, e de reconfigurar o pensamento utópico em seu papel propositivo. Partindo dessas considerações, intentamos discutir os alicerces do discurso blochiano acerca de uma utopia concreta e sua posição ímpar no panorama do pensamento utópico contemporâneo, investigando a possibilidade de uma fundamental correlação-consubstanciação entre *utopia* e *práxis* na concepção de Bloch, visto que a tradição marxista ortodoxa avaliou tal vinculação como ultraje pseudocientífico.

A interpretação blochiana das fontes marxistas consiste numa clara recuperação e reafirmação do humanismo e do *ethos* situados nas obras do jovem Marx, aliando-os a uma compreensão da esperança enquanto princípio utópico: “este é e continuará sendo o caminho do socialismo, a práxis utópica concreta. Todo o não-ilusório e o realmente possível nas imagens da esperança remontam a Marx”.⁵ O significado entregue à esperança, numa compreensão laicizante do vislumbre judaico-cristão (não há aqui um messias que veio ou deve advir), vincula-se à nova conceituação da utopia, a uma reformulação de seus conteúdos hieráticos em nome de sua atuação ontológica antecipadora, motora e promotora de possibilidades futuras. Mas, como alerta Paulo Freire, “pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo”.⁶ Portanto, com essa assertiva freireana, pode-se vislumbrar quão estéril é uma esperança manca, destituída da ação efetivadora que fecunda a terra a partir do presente.⁷ Isso nos permite primeiramente visualizar que, “ligando a dimensão da *esperança* aos conceitos de *antecipação*, de *utopia* e de *práxis*, E. Bloch consegue integrar perfeitamente este conceito teológico-filosófico no projeto de uma filosofia da práxis”.⁸ Portanto, e mais precisamente, qual o nexos evidente entre práxis e utopia na ótica de Bloch?

5 BLOCH, 2005, v. 1. Prefácio, p. 27.

6 FREIRE, 1992, p. 5.

O termo *práxis* é oriundo do grego *πραξις* o qual designa a ação. Aristóteles considera a *práxis* como ação que constitui um fim em si mesma, correspondendo assim à própria ação ética, distinguindo-a semanticamente da *poiésis* (*ποιησις*), ação que engendra algo fora de si mesma, enquanto produto de sua atividade. Para Adolfo S. Vázquez, “se quiséssemos ser rigorosamente fiéis ao significado original do termo grego correspondente, deveríamos dizer ‘poiésis’ onde dizemos ‘práxis’”.⁷ A expressão ‘filosofia da *poiésis*’ seria mais adequada à mentalidade grega antiga; no entanto, eliminar-se-ia o sentido ético cravado no próprio pensamento marxiano enaltecido por Bloch. Porventura, a assunção desta terminologia poderia confundir ou mesmo legitimar uma perspectiva utilitária ou pragmatista do marxismo, algo estranho em se tratando do próprio Marx e de uma vasta e heterogênea corrente de pensadores, tratadistas e comentadores não muito afeita a tais paradigmas. Filosofia da *práxis* conserva o sentido ético delimitado por Aristóteles e, numa simbiose, assume o caráter típico da *poiésis* como capacidade engendrante, não apenas quanto à produção de algo externo como telos de uma atividade específica (tal como a cura está para a medicina, ou a estátua para o escultor), mas enquanto produção de algo mais amplo: a metamorfose da configuração sociopolítica.

A *práxis* possui o atributo instaurador-retificador da revolução social sonhada, aspirada, requerida como condição fomentadora de uma sociedade melhor em função de uma autêntica esperança. O utópico no humano é a projeção futura e mobilizadora da *práxis* revolucionária factível, e desse modo, a “utopia é, em primeiro lugar, um *topos* da atividade humana orientada para um futuro, um *topos* da consciência antecipadora e a força ativa dos sonhos diurnos”.¹⁰ Há então na *práxis*

7 Paulo Freire, à maneira de Ernst Bloch, confere à *práxis* a imprescindível posição de, em consonância com a esperança, uma autêntica esperança, fornecer condições de efetivação da transformação social: “Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã.” (FREIRE, 1992, p. 5).

8 MÜNSTER, 1993, p. 14. Grifo do autor.

9 SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1990, p. 5.

10 MÜNSTER, 1993, p. 25.

clamada por Bloch um aspecto criador e reconfigurador da realidade histórica, animado pela associação entre sonhos utópicos diurnos e uma engajada militância da reflexão em vias de vir a fora, de compor uma ação no mundo, desde a visão marxiana do homem como produto de si mesmo, capaz de produtividade auto-produtora – praticamente uma síntese entre *poiésis*, *práxis* e *ethos*.

Se “tudo no mundo é movimento e gestação”¹¹, ocorre que, entre outras coisas, os homens estão prenhes de sonhos¹². Na visão blochiana, não obstante o reconhecimento da condição imaginativa que os caracteriza, tais desideratos são determinantes, pois nos arrastam em direção ao porvir consumando em nós a exequibilidade de uma esperança material, real, concreta, a qual não nos autoriza a desgarrar do mundo em presença de suas mais perversas atrocidades. Logo, “os sonhos despertados, na medida em que contêm um futuro autêntico, rumam para esse ainda-não-consciente, para o campo utópico ou daquilo que não veio a ser, que não foi plenificado”.¹³ Por conceber o futuro como historicamente enraizado na presentidade ontológica do possível, ao contrário da concepção idealista predominante na tradição filosófica¹⁴, Bloch reabilita os conteúdos emancipatórios das reflexões de Marx, estabelecendo uma autêntica filosofia da *práxis*, ressignificadora da noção de utopia. Nas suas palavras, “o marxismo resgatou o núcleo racional da

11 MÜNSTER, 1993, p. 27.

12 Os chamados sonhos diurnos (*Tagtraum*) são entendidos por Bloch como antecipações do futuro propulsoras da utopia, como aspirações pela concreção de uma realidade libertadora ainda não existente. Neles, mesmo envoltos por desvarios e toda sorte de imagens controversas, pode manifestar-se o lúcido desejo de um panorama utópico do porvir, e, por conseguinte, de um ‘para a frente’, de um ‘adiante’. Sobre o exercício da imaginação, arremata Leandro Konder: “no imaginário se manifestam os preconceitos, as sobrevivências do arcaico, os traços de todos os compromissos com a ordem e com a estabilidade, mas também as inquietações, os sonhos, as aspirações e os traços dos inconformismos” (KONDER, 1992, p. 51.).

13 BLOCH, 2005, v. 1, p. 114. Acerca da noção de sonho diurno veja-se, v. BLOCH, 2005, v. 1, capítulo 14 – *Diferenciação fundamental entre sonhos diurnos e sonhos noturnos: realização oculta e arcaica de desejos no sonho noturno, realização fabulante e antecipadora nas fantasias diurnas*.

14 Mormente no que tange à verdade, enquanto conceito metafísico, defendido como aquilo que desde sempre é, que não faz referência à historicidade e à temporalidade porque é meramente acessado, descortinado, desvelado, enquanto objeto de uma contemplatio. Tal concepção da verdade e do ser mutila a condição humana de produção do real como possibilidade e, dessa maneira, de efetivação dos anseios utópicos.

utopia e o da dialética da tendência, ainda de cunho idealista, trazendo-os para o concreto”.¹⁵

No corrimão dessa perspectiva onírica fundante, aquilo que Leandro Konder nomeia ‘imaginário coletivo’, em sua obra *O Futuro da Filosofia da Práxis*, adequa-se de modo bastante coerente à compreensão blochiana dos sonhos diurnos, destas antecipações do vir-a-ser. Sua intuição é a de que o próprio Marx teria considerado esse espaço de composições contraditórias da imaginação e identificado nele uma relevância representacional para a luta política. O mencionado autor conclui que Marx “estava convencido de que os fenômenos desse campo, em sua extraordinária multiplicidade, podiam ser perfeitamente objeto de uma abordagem materialista que não os empobrecesse”.¹⁶ Ora, não será um contra-senso enunciar que a mina de ouro dos sonhos e de seus respectivos conteúdos de uma esperança concreta tem na figura de Ernst Bloch seu principal garimpeiro.

Outra premissa indispensável ao entendimento do ‘sonhar para adiante’ é enfatizada pela valorização da experiência do tempo que se lança no futuro enquanto ‘abertura’, ‘possibilidade’. Nessa consideração, a existência humana é histórico-temporal, constituindo-se a partir de sua imanência e, simultaneamente, em constante abertura à transcendência, ao ultrapassamento das conformações da presentidade. A ontologia materialista blochiana do ‘ainda-não-ser’, do ‘ainda-não-consciente’, resguarda o substrato tendencial subjacente ao materialismo histórico-dialético marxiano (preserva o viés econômico, a necessidade de reunião das condições históricas e a saturação dos antagonismos sociais) e, além disso, revela sua presença movente como esperança crítica na esfera dos desejos coletivos em direção à utopia. Como assevera o próprio Bloch:

O até agora real é perpassado pelo constante *plus-ultra* da possibilidade essencial como envolto pela luz desta em sua extremidade dianteira. Essa luninescência envolvente, uma luz pré-refletida no horizonte que era refletiva, de modo mais ou menos abstrato, também por quase todas as utopias

15 BLOCH, 2005, v. 1, p. 141.

16 KONDER, 1992, p. 51.

sociais, apresenta-se *psiquicamente* como *imagem do desejo* [*Wunschbild*] para adiante, *moralmente* como *ideal* [*Ideal*] humano, *esteticamente* como *símbolo* objetual-natural.¹⁷

Portanto, os desejos de um futuro humano legítimo estouram nos indivíduos em suas vivências, em suas produções culturais ideais ou simbólicas no agora, enquanto prenúncios anímicos do exequível: “quem anima a revolução é a esperança que o homem tem de um mundo melhor”.¹⁸ Ainda assim, não se pode olvidar que tal *démarche* realizar-se-á tão somente no âmbito da prática, e nisso insistiram demasiadamente Marx e Engels: “a libertação é um ato histórico, não um ato de pensamento, e é efetuada por relações históricas”.¹⁹ Continuador fidedigno dessas convicções, o pensamento utópico blochiano pretende demonstrar a síntese determinante entre o caráter humano transcendente-imanente e o clarão de possibilidades ontológicas. Em torno disso, Arno Münster afirma que Bloch constrói “um novo tipo de racionalidade apoiando-se na pressuposição de que o nexos das potencialidades ‘ainda-não-manifestas’ do ser com a atividade criadora e transcendental da ‘consciência antecipadora’ será capaz de construir uma nova filosofia da práxis”.²⁰

Karl Mannheim, que na filosofia contemporânea comunga com Bloch de uma visão positiva da utopia, versa sobre seu inextricável vínculo com o futuro, entendendo que a forma através da qual ele se manifesta aos homens denomina-se ‘possibilidade’. Segundo Mannheim, na medida em que o futuro nos é posto como inacessível e indecifrável, e por conta disso não logramos êxito em vislumbrá-lo, nos vemos persuadidos a “tomar consciência da necessidade de escolher resolutamente o nosso caminho, e, em estreita conexão, da necessidade de um imperativo (uma utopia) que nos leve adiante”.²¹ Dessa forma, a questão ‘o que nos guarda o porvir?’ demanda no itinerário destes autores uma gama de

17 BLOCH, 2005, v. 1, p. 235. Grifo do autor.

18 VIEIRA, s.d., p. 5.

19 MARX & ENGELS, 1984, p. 25.

20 MÜNSTER, 1993, p. 11.

21 MANNHEIM, 1982, p. 283.

outras questões mais viscerais e redimensionadoras: o futuro nos guarda realmente algo? Algo nele nos espera como já posto desde sempre? Ou reservaria a nós um papel histórico demiúrgico? Numa expressão: o futuro é o espaço aberto ao estabelecimento da práxis; nada nos aguarda senão a própria *dynamis* existencial por intermédio da qual nos edificamos: “Bloch afirma que a essência do sujeito só se desenvolve no processo dinâmico e utópico histórico-temporal do *por vir*”.²²

Esse aspecto positivo conferido à utopia reverbera no conceito blochiano de ‘otimismo militante’, o qual se põe no lado oposto de todo otimismo contemplativo filosófico, porém, numa certa interpretação, guarda rudimentos de relação com um otimismo oriundo da religião, mais precisamente com o movimento quiliástico²³ dos anabatistas - algo à primeira vista um tanto suspeito a um correligionário intelectual de Marx. É importante frisar que Bloch, assim como Mannheim, visualiza nessa mentalidade utópica uma matriz que irá demarcar os discursos socialistas ulteriores no tocante à subversão das condições de opressão social. Essa matriz é a ênfase no presente, no ‘aqui e agora’. Logo, tal mola propulsora acompanhará os estampidos socioutópicos da modernidade, encontrando no socialismo marxiano seu lugar mais meticulosamente delimitado. É com esse espírito que o autor de *O Princípio Esperança* concebe a autêntica atitude frente ao malogro humano engendrado pelo cenário capitalista sob os nomes de miséria, exploração, desigualdade, entre outros: “a postura diante desse cenário de indecisão, contudo passível de ser decidido por meio de trabalho e ação concretamente mediada, chama-se *otimismo militante*”.²⁴

Contra quaisquer inclinações pessimistas ou niilistas, o ‘otimismo militante’ constitui uma outra postura filosófico-teleológica no sentido

22 SCHUMACHER, 2003, p. 561.

23 Karl Mannheim empreende notável exame da mentalidade utópica a partir dos tempos modernos, atendo-se, entre outras, àquela que considera sua primeira grande expressão, o quiliasma orgiástico dos anabatistas liderados por Thomas Münzer, citando como obra fundamental a uma compreensão deste fenômeno o livro de Ernst Bloch, *Thomas Münzer als Theologe der Revolution*, de 1921. Em sua apreciação, Mannheim reconhece o movimento dos anabatistas como passo decisivo para o socialismo e para as manifestações revolucionárias modernas, e afirma: “o otimismo quiliástico dos revolucionários veio finalmente a dar origem à formação da atitude conservadora de resignação e, na política, à atitude realista” (MANNHEIM, 1982, p. 237).

24 BLOCH, 2005, v. 1, p. 197. Grifo do autor.

de construção da possibilidade real, do *Novum*. Por meio de uma reestruturada filosofia da práxis, cujo alicerce fundamental é a esperança enquanto *Docta spes* (esperança racional e mediadora, que se sabe imersa no processo dialético-materialista), é produzida a ação “como prática renovadora e construtiva que tenta apoderar-se de todas as possibilidades reais indicando o futuro na realidade presente”,²⁵ uma vez que “a vida se chama amanhã; o mundo, *lugar para nós*”.²⁶ Nesses meandros, é plausível inferir que um dos traços mais relevantes do marxismo blochiano, pelo qual se poderia nomeá-lo vanguardista, consiste no fato de que “a luta pelo socialismo só avança se nos fixarmos um objetivo utópico”.²⁷ Dito resumidamente, para os que se apressam em bradar que *Marx está morto*²⁸, e com ele os anelos utópicos, assevera Bloch: “a filosofia marxista é a do futuro, portanto também a do futuro no passado. Ela é, assim, nessa consciência de linhas de frente unidas, teoria-práxis viva da tendência compreendida, teoria-práxis afeita ao evento, conjurada com o *novum*”.²⁹

Dedicar-nos-emos doravante à visitada concepção marxiana de teoria-práxis, central no contexto da filosofia blochiana da esperança. Vejamos:

De acordo com Marx e Lênin, teoria e práxis oscilam constantemente. Oscilando alternada e reciprocamente, a práxis pressupõe teoria tanto quanto ela própria desencadeia e necessita, por sua vez, nova teoria para dar seguimento a uma nova práxis. Nunca o pensamento concreto foi tão valorizado como aqui, onde ele tornou-se a luz para o ato, e o ato nunca foi tão valorizado como aqui, onde ele tornou-se o coroamento da verdade.³⁰

25 MÜNSTER, 1993, p. 28.

26 BLOCH, 2005, v. 1, p. 118.

27 GORENDER, 2000, p. 8. E continuando, Gorender alude à retirada do tom estigmatizante da noção de utopia na contemporaneidade: “nesses termos, sofre alteração o próprio conceito de utopia. Não mais fantasia irrealizável, o projeto utópico entra no campo das possibilidades. Por isso mesmo, faz-se referência a utopias *possíveis*” (GORENDER, 2000). Grifo do autor.

28 Frase atribuída ao filósofo francês Jean-Marie Benoist.

29 BLOCH, 2005, v. 1, Prefácio, p. 20. Grifo do autor.

Em tal asserção fica claro que o conceito de teoria-práxis em Marx pressupõe uma relação dialética autenticadora de um *pensar* consubstanciado com seu solo material, porque integrado ao *agir* de modo concomitante, como unidade sintética. Nega-se um plano teórico que, de acordo com uma lógica intrínseca, resolve-se a si mesmo no nível apenas abstrato, dispensando a ação. Em Marx, a ação (práxis) constitui o fundamento da síntese, para além de um kantiano uso especulativo e mesmo prático da razão. Significa dizer que a própria idéia de verdade na filosofia marxiana já não mais se vincula à concepção metafísica da ‘verdade-em-si’, ela requer a práxis, a ação efetiva no mundo. Eis a grande contribuição de Marx: “toda confrontação histórico-filosófica atesta, nesse caso, o *novum* da relação teoria-práxis frente à mera ‘aplicação’ da teoria”³¹. Com essa concepção, fica plenamente justificada a crítica marxiana à filosofia, pois, em seu trajeto, a teoria sempre possuiu uma primazia diante do ato, e até mesmo não obtinha dele qualquer grau de legitimação. A auto-suficiência do *bios theoretikos* é ideológica, reputando que toda filosofia ou idealismo até o socialismo científico é ideologia (política de compromisso com a classe dominante de uma época).³²

A teoria-práxis funda uma outra percepção da verdade, a qual não pode prescindir da história, da concretização como sua validação, visto que na realidade material (e tal expressão é pleonástica) subjazem ocultas as disposições proto-utópicas do ainda não posto. Verdade enquanto precisão lógica representa subtração da atitude política transformadora e o acordo, consciente ou não, com a ordem instituída. Dito de outra maneira, “exatidão, porém, ainda não é verdade, isto é retratação da realidade, bem como o poder de interferir na realidade segundo o critério dos agentes e das leis nela identificadas”.³³ Por conseguinte, Bloch, ante o tabuleiro da história, movimenta o peão marxista para o xeque-mate:

30 BLOCH, 2005, v. 1, p. 268. “Os conceitos de práxis até Marx são, portanto, totalmente distintos de sua concepção teoria-práxis, da doutrina da unidade entre teoria e práxis” (PE, v. 1, p. 268). Grifo do autor.

31 BLOCH, 2005, v. 1, p. 265. Grifo do autor.

32 Nesse ponto, a décima primeira tese sobre Feuerbach constitui o anúncio de uma configuração outra da atividade filosófica. Veja-se o importante capítulo 19 de *O Princípio Esperança*, em que Bloch empreende uma cirúrgica análise das *Onze Teses*.

“é na prática que o homem tem de demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a imanência de seu pensamento”.³⁴ Recuperar esse núcleo essencial do Marx filósofo como chave de consolidação da esperança concreta é questão de ordem para Bloch. Este compreende a práxis sob a condição de atributo antropológico constitutivo e atividade real do humano, atestando que sua radicalização necessariamente faz eclodir a revolução.

Os conteúdos humanistas do marxismo nascem então com a efetivação da práxis e esta, por sua vez, consiste na consagração do projeto utópico factível, inteiramente mediado por uma douta esperança capaz de reconhecer o conjunto das possibilidades reais que viabilizam a transformação das condições nas quais os homens são furtados de sua existência autêntica. Sendo assim, “a práxis do próprio homem é a fonte de sua humanização”³⁵, não se reduzindo apenas a instrumento de realização da metamorfose social, considerando que o liame entre utopia e práxis imprime para além de uma tarefa política, uma tarefa ética. Claro está que o olhar blochiano sobre Marx desde o início suspeitou “de uma compreensão exclusivamente ‘científica’ do marxismo, que vê nele apenas uma ciência das contradições econômicas: ele reivindica o marxismo como uma prática humanista e como uma ética renovadora”.³⁶

O filósofo alemão Iring Fetscher, observa no discurso filosófico blochiano um onipresente tom encomiástico da revolução, ladeado por uma linguagem vaticinadora, sobretudo no que diz respeito à percepção da história como inconclusa e aberta, domínio material das possibilidades, que precisa ser conhecida em sua forma futura: “o mundo do homem, sua cultura, é apenas um jogo provisório, condenado a voltar para a matéria morta de que surgiu, para renascer talvez num outro lugar do Cosmos, após imensos espaços de tempo”.³⁷ Para este autor, o tom

33 BLOCH, 2005, v. 1, p. 265.

34 BLOCH, 2005, v. 1, p. 265. Como esclarece Sánchez Vázquez, Marx “vê essa praxis em indissolúvel relação com a teoria, entendida esta mais como filosofia ou expressão teórica de uma necessidade radical do que como conhecimento de uma realidade, e vê também o papel da força social que com sua consciência e sua ação estabelece a unidade entre a teoria e a práxis” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1990, p. 131).

35 OLIVEIRA, 1993, p. 250.

36 MÜNSTER, 1993, p. 99.

profético de Bloch reside justamente em torno desse conhecimento, o qual segundo Fetscher, de modo algum é claramente delimitado, mas tão-somente transposto em fórmulas insuficientes. No entanto, admite que Bloch aceitaria tais críticas, pois jamais abandonaria a viga-mestra de seu pensamento: a realidade imanente do ‘princípio esperança’. Como declara Fetscher, Bloch “esperava e saudava a realização de todas as profecias e utopias da humanidade na revolução proletária e na sociedade socialista”.³⁸ Essa espera como já vimos não é a simples promessa de um ultramundo a-histórico, mas trata-se de um esperar lançador de incendiárias fagulhas à práxis transformadora. Em termos blochianos, “essa esperança está fundada no impulso humano para a felicidade e dificilmente poderá ser destruída, e com suficiente clareza ela sempre foi um *motor da história*”.³⁹

Não obstante seja qualificado por alguns como produtor de um “pseudocristianismo sem Deus”⁴⁰, Ernst Bloch é tutor de um pensamento ético-político no qual, além de receberem notoriedade filosófica, conservam-se incólumes os desideratos de uma nova ordem social mais justa e igualitária. A ‘utopia concreta’ nasce no seio de uma realidade histórica inautêntica, mecanicamente organizada para o auto-alheamento do homem, e tal realidade encontra no sistema capitalista sua expressão mais acabada. Por isso, contra toda possível pseudopráxis (inclusive aquela que na extinta União Soviética engendrou o campo de trabalhos forçados de *Gulag*), é imperativo soerguer o pensamento marxiano, higienizando-o de interpretações dogmáticas. Dirá Bloch, nesse sentido, que “Marx conduz o homem ideal-genérico, via meros indivíduos, para o solo da humanidade real e da postura humanitária possível”.⁴¹ Ele mantém-se fiel à perspectiva do Marx dos Manuscritos de que ainda não experimentamos de fato vivências genuinamente humanas,

37 FETSCHER, 1970, p. 107. A referida obra apresenta uma análise significativa do papel de Bloch e Lukács na elaboração de uma interpretação mais aberta das idéias de Marx e Engels, com destaque para a necessidade do reconhecimento de Hegel como uma das suas mais perspicuas influências, certamente uma afronta aos ideólogos reacionários do partido comunista soviético.

38 FETSCHER, 1970, p. 109.

39 BLOCH, 2005, v. 1, p. 430. Grifo nosso.

40 PENNA &, 1997, p. 202.

41 BLOCH, 2005, v. 1, p. 261.

pois só mediante a constituição de uma ética que se encarna na história via práxis elas se tornam exeqüíveis, e assim, “a humanidade socializada, aliada a uma natureza mediada por ela, significa a reconstrução do mundo como pátria ou lar”.⁴² Em havendo esperança, terá a utopia a sua morada, e de maneira propositalmente ambígua, sua morada possível.

The praxis in utopian thinking of Ernst Bloch

Abstract: The purpose of this article is to examine the utopia as revisited by Ernst Bloch, considering its philosophical position in the chain of the unorthodox Marxism of the twentieth century as a kind of response to the perception and representation of utopian discourse in the tradition of Western political thought. Keeping that in mind, we intend to present the re-signification of the concept of utopia and its symbiosis with the scope of ethics and politics of praxis, forged in Bloch’s enterprise of the establishment of hope as a principle.

Key-words: utopia – praxis – hope – ethics.

Bibliografia

- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 2005. v. 1.
- CAMPANELLA, Tommaso. A cidade do sol. In: ____; BRUNO, Giordano; GALILEI, Galileu. *Sobre o infinito, o universo e os mundos: o ensaiador*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. “Os Pensadores”).
- FETSCHER, Iring. *Karl Marx e os marxismos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GORENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 2000.

42 BLOCH, 2005, v. 1, p. 282.

- KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis – o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes, 1984.
- MORUS, Thomas. *A utopia*. Brasília: Editora da UnB, 1980.
- MÜNSTER, Arno. *Ernst Bloch – filosofia da práxis e utopia concreta*. São Paulo: Unesp, 1993.
- OLIVEIRA, Manfredo de. *Ética e sociabilidade*. São Paulo: Loyola, 1993.
- PENNA, J. O. de Meira. *O espírito das revoluções – da revolução gloriosa à revolução liberal*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1997.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da práxis*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SCHUMACHER, Bernard. Esperança. In: CANTO-SPERBER, Monique (org.). *Dicionário de ética e filosofia moral*. Vol. I. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. p. 560-564.
- VIEIRA, Antonio Rufino. Princípio esperança e a “herança intacta do marxismo” em Ernst Bloch. In: *Anais do 5º Colóquio Internacional Marx-Engels*. Campinas: CEMARX/Unicamp. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx_v_coloquio_arquivos_arquivos/comunicacoes/gt1/sessao6/Antonio_Rufino.pdf>